

**MUNICÍPIO DE
ESTARREJA**

**Resposta ao contraditório
institucional**

Processo n.º 2011/25/A3/1047



CÂMARA MUNICIPAL DE ESTARREJA
Gabinete de Apoio ao Presidente

IGF - EG 07829 27/12/12

efe) m. Almeida
efe) m. Simão Barbosa
efe) m. Francisco Raposo

O Subinspector-Geral

Mário Tavares da Silva
2012.12.28

Sua Referência / Data
DECOP/UAT. 2/4619/2012
21-11-2012

Exmo.(s) Sr.(es):

Inspetor Geral da
Inspeção-Geral de Finanças
Rua Angelina Vidal, 41
1199-005 LISBOA

IGF - Inspeção-Geral de Finanças	
FPS	
ICS	
JVR	
MIS	X
ACC	
FMB	
JFG	
DSA	
OLD	

Nossa Referência / Data
10978 de 21/12/2012 *27/12/12*

ASSUNTO: Auditoria ao Município de Estarreja
Controlo do Endividamento e da Situação Financeira da Administração Local Autárquica

⇒ Exercício do direito de contraditório institucional relativo ao Projeto de Relatório de Auditoria

Exmo. Senhor Inspetor-Geral

Na sequência do envio do projeto de Relatório realizado pela equipa auditora no âmbito da auditoria em referência, remetemos a V. Exa, os comentários que se nos oferecem como pertinentes no que à análise que efetuámos ao Projeto de Relatório diz respeito.

Previamente, importará dizer que, da análise global do Projeto de Relatório, se salienta, com agrado, a evolução positiva do desempenho económico-financeiro do Município de Estarreja apresentada em diversos indicadores analisados o que nos permite projetar um bom enquadramento para o reforço de algumas medidas já em curso em linha com as recomendações apresentadas.

Assim, no que se refere às Recomendações constantes no ponto 3 (fls 37 a 47) do referido Projeto de Relatório em análise, cumpre-nos informar, relativamente a cada uma das recomendações, o seguinte, adotando a mesma numeração:

(A) Relativamente às correções recomendadas para o Passivo exigível de 2010, considerando que os documentos que serviram de suporte à contabilização das operações em questão apenas foram rececionados no ano seguinte, é nosso entendimento que a sua contabilização no ano 2011 sana a recomendação apresentada.

No que se refere à recomendação de correção a efetuar no Ativo, a mesma direciona-se especificamente à forma de contabilização das transferências efetuadas pelo Município de Estarreja á Comunidade Intermunicipal da Região de Aveiro (CIRA) para subscrição de participação social na





CÂMARA MUNICIPAL DE ESTARREJA
Gabinete de Apoio ao Presidente

sociedade Polis Litoral – Ria de Aveiro, S.A. . Este Município entende que esta operação não é de todo enquadrável numa subscrição de capital. Também, se entende que não se trata de um custo já incorrido, que se extingue no exercício em que se efetua cada transferência financeira. Por outro lado, entende que se enquadra na aquisição de um direito sobre um conjunto de imóveis, incluídos no domínio público desta autarquia, que vão ser alvo de fortes melhoramentos em contrapartida das transferências financeiras realizadas. Neste seguimento, impunha-se o reconhecimento de um ativo na contabilidade do município, e só desta forma a imagem fiável e apropriada da informação financeira ficaria assegurada.

Assim, as demonstrações financeiras de 2010 refletiam o movimento a débito na conta 27.2 – Custos Diferidos. No ano seguinte, não obstante manter-se o mesmo entendimento de base, adotando uma posição prudente face ao impacto deste saldo no cálculo do endividamento líquido, considerou-se pertinente e oportuno creditar a conta 27.2.9.1 – Outros Custos Diferidos/Transferência para a POLIS da Ria por contrapartida da conta 44.5 Imobilizações em Curso de Bens de Domínio Público.

Pelo exposto, entendemos que no que respeita às correções propostas, não concordamos com a correção inerente à operação relacionada com a Polis da Ria (Polis Litoral).

(B) No corrente exercício económico de 2012, reforçou-se fortemente o procedimento de registo de compromissos referentes a exercício futuros, considerando-se praticamente consolidado este procedimento.

(C) Ao longo dos últimos anos, incluindo o exercício 2012, teve lugar o afinamento dos procedimentos tendentes ao registo automatizado dos custos por cada centro de custos previamente definido. De realçar que esta imputação direta dos custos ocorre no momento da contabilização da fatura encontrando-se em pleno funcionamento. Para 2013, prevê-se iniciar a implementação de metodologia de cálculo e imputação de custos indiretos, tornando possível o apuramento, por exemplo, dos custos por funções.

(D) 1. O procedimento de circularização e reconciliação de saldos com terceiros foi realizado, pela primeira vez em Agosto de 2011, não tendo sido obtido um resultado plenamente satisfatório, por força da altura do ano em que foi realizado. De referir, que esta primeira ação de circularização e reconciliação de saldos permitiu testar a metodologia a aplicar. Neste seguimento, definiu-se como momento mais oportuno para realização deste procedimento o mês de Janeiro do ano subsequente ao exercício económico que se pretende analisar. Nesta conformidade, está previsto para Janeiro 2013 a circularização e reconciliação de saldos com terceiros reportados a 31/12/2012, e por esta via introduzir maior fiabilidade na prestação de contas anual.



CÂMARA MUNICIPAL DE ESTARREJA
Gabinete de Apoio ao Presidente

2. Consideramos pertinente a recomendação de elaboração de uma "check-list" de verificação destinada a garantir a realização sistemática de todos os procedimentos subjacentes a um adequado processo de encerramento de contas, pelo que a iremos adotar para o encerramento de contas 2012.

(E) O Município de Estarreja tem vindo a reduzir significativamente a sua previsão de receitas a arrecadar anualmente, tendo-se verificado entre 2009 e 2013 (documentos previsionais em fase de aprovação pelo órgão deliberativo) uma redução de 38% (em termos absolutos representa M€12,8). Importa não desprezar o impacto que a degradação da conjuntura económica e financeira possa ter tido na arrecadação de receita nos últimos exercícios económicos.

Na elaboração dos documentos previsionais 2013, o cálculo previsional de receitas a arrecadar assentou, basicamente, na aplicação das regras previsionais preconizadas pelo POCAL, reforçadas por grande prudência na previsão de algumas receitas de capital, considerando apenas as que apresentam um elevado grau de probabilidade de cobrança efetiva.

A execução orçamental do exercício 2012, cifra-se, no momento, em €18.526.868,17, o que representa 76,4% da respetiva previsão, contra uma taxa de execução orçamental de 67% verificada em 2011. De salientar, que as Grandes Opções do Plano e Orçamento 2013 apresentam uma previsão de €20.700.000,00, traduzindo um decréscimo de 13,67% relativamente ao orçado em 2012.

(F) Atendendo à aplicação da Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso (LCPA) que apenas permite a assunção de compromissos mediante a existência de fundos disponíveis, entendemos que existe exigência acrescida para que este controlo.

No quadro que se segue, evidencia-se os resultados obtidos á data de 30 de Novembro 2012, tendo igualmente um termo comparativo com período homólogo do exercício anterior, em termos de controlo de execução do orçamento de despesa face a cobrança de receitas.

	2011	2012	Varição 2011vs2012
Compromissos por facturar	2.888.591,86	2.433.493,15	- 455.098,71
Facturado não Pago	3.495.453,38	1.206.919,28	- 2.288.534,10
Compromissos por pagar	6.384.045,24	3.640.412,43	- 2.743.632,81
RECEITA TOTAL	15.574.188,91	16.847.748,89	1.273.559,98



CÂMARA MUNICIPAL DE ESTARREJA
Gabinete de Apoio ao Presidente

INDICADORES DE DESEMPENHO

Comprometido vs Receita	6.112.326,48	2.533.234,05	- 3.579.092,43
------------------------------------	--------------	--------------	----------------

Deficit Rec/comprometido	39%	15%	
-------------------------------------	------------	------------	--

Faturado vs Receita	3.223.734,62	99.740,90	- 3.123.993,72
--------------------------------	--------------	-----------	----------------

Deficit Rec/Faturado	21%	1%	
---------------------------------	------------	-----------	--

(G) Ver resposta à recomendação F).

(H) O Município de Estarreja tem procurado otimizar a gestão dos seus recursos, tendo inclusive, no ano 2012, implementado uma metodologia de acompanhamento da gestão realizada nas diversas instalações e atividades municipais, a qual designou por "*Gestão pela Melhoria*". Por esta via tem procurado identificar estrangulamentos na aplicação da Tabela de taxas, preço e outras receitas, bem como, minimizar os custos inerentes ao desenvolvimento de cada atividade.

(I) Tal recomendação será doravante tida em consideração.

(J) Ver resposta a recomendação H) e tal recomendação será doravante tida em consideração, reforçada pela aplicação da LCPA.

(K) Esta área é de particular relevância na gestão financeira do Município e tem refletido alguma redução ao longo do tempo, aceitando-se, no entanto, reforçar os esforços nesse sentido. O quadro evidencia a evolução da dívida no período analisado pela auditoria, bem como o ano 2012 (até 30/11/2012), constatando - se um esforço no controlo e diminuição da dívida administrativa/comercial de curto prazo, bem como da dívida global.



CÂMARA MUNICIPAL DE ESTARREJA
Gabinete de Apoio ao Presidente

96

Designação	2008	2009	2010	2011	Novº2012
Dívida de Médio e Longo Prazo	14.211.517,51	15.737.358,27	14.141.001,14	13.133.039,31	13.097.114,88
Fornecedores Conta Corrente	2.077.909,61	2.077.909,61	2.077.909,61	2.077.909,61	2.077.909,61
Fonecedores de Imobilizado	274.599,90	288.300,13	180.366,22	136.695,35	110.303,51
Empréstimos de M/L Prazo	11.798.300,73	13.311.469,53	11.823.228,46	10.858.937,50	10.849.404,91
Outros Credores	60.707,27	59.679,00	59.496,85	59.496,85	59.496,85
Dívida de Curto Prazo	5.898.264,26	7.206.962,70	4.505.612,89	4.784.288,56	4.027.435,45
Fornecedores Conta Corrente	1.557.517,53	1.804.567,79	1.193.801,18	656.496,35	1.025.829,45
Fornecedores C/C - Facturas em Rece	463.026,78	858.154,74	417.693,79	609.797,49	168.322,73
Fornecedores de Imobilizado	3.021.262,76	3.275.984,95	1.062.442,71	2.085.426,81	1.373.713,98
Fornecedores de Imobilizado - Factura	26.713,87	0,00	10.205,66	61.553,33	31.201,48
Estado e Outros Entes Públicos	133.461,26	131.823,45	119.602,49	98.518,43	66.020,14
Outros Credores	28.618,00	131.125,02	657.383,31	254.058,40	343.910,52
Adiantamento por Conta de Vendas	667.664,06	1.005.306,75	1.044.483,75	1.018.437,75	1.018.437,15
TOTAL	20.109.781,77	22.944.320,97	18.646.614,03	17.917.327,87	17.124.550,33

Varição da Dívida Global	-1.407.608,46	2.834.539,20	-4.297.706,94	-729.286,16	-792.777,54
Varição da Dívida de Curto Prazo	-709.269,39	1.308.698,44	-2.701.349,81	278.675,67	-756.853,11

(L) Não obstante as divergências existentes entre a metodologia aplicada pela a IGF e pela DGAL, temos assumido como referência o PMP calculado segundo a formula utilizada pela DGAL, uma vez que é este o indicador utilizado Direção Geral do Tesouro e Finanças no âmbito do PREDE. Aplicando a fórmula preconizada pela Resolução de Conselho de Ministros nº34/2008 o PMP em 2011 cifrou-se em 97 dias, tendo no 3º trimestre de 2012, ficado nos 74 dias.

(M) Ver resposta à recomendação K) e tal recomendação será doravante tida em consideração, reforçada pela aplicação da LCPA.

(N) Ver resposta à recomendação L)

(O) Ver resposta à recomendação A)

(P) Na circularização e reconciliação de saldos com terceiros será incluída esta recomendação.

(Q) O procedimento instituído de receção e conferência de faturas também de aplica aos documentos de débito de juros de mora por parte dos fornecedores.



CÂMARA MUNICIPAL DE ESTARREJA
Gabinete de Apoio ao Presidente

(R) No ano 2012 foi implementado o primeiro "Plano Anual de Conferência de artigos em Armazém", procurando-se anualmente proceder a conferências de existências de forma parcelar, elegendo em cada ano um conjunto de famílias homogêneas de artigos. No ano 2012, foram já efetuadas conferências físicas às famílias " Consumíveis de Informática" e "Consumos de Secretaria", estando ainda agendada a conferência aos artigos para oferta - família "Ofertas".

A terminar releva-se o cariz pedagógico e formativo das ações desenvolvidas pela IGF e da implementação das recomendações e propostas vertidas no presente Projeto Relatório, para além das difundidas no profundo contato pessoal desenvolvido com a equipa auditora.

Sempre na disponibilidade de convosco colaborar, despeço-me com os melhores cumprimentos.

O Presidente de Câmara

(José Eduardo de Matos, Dr.)